



Universidades Lusíada

Soares, Inês

Da desorganização social à (não) integração : imigrantes de Leste sem abrigo na cidade de Lisboa

<http://hdl.handle.net/11067/4222>

<https://doi.org/10.34628/xhc1-sd50>

Metadados

Data de Publicação	2004
Resumo	Este artigo pretende ser um contributo para a reflexão de um modelo de políticas sociais assente na defesa de uma perspectiva integrada. A presença, de imigrantes dos países da Europa de Leste em Portugal é um fenómeno recente que tem revelado sinais de vulnerabilidade e processos de exclusão social específicos, nomeadamente as situações extremas sem abrigo. No sentido de averiguar os factores de exclusão social que se encontram na base deste fenómeno procedeu-se a uma caracterização e análise ...
Palavras Chave	Imigrantes - Portugal - Lisboa, Europeus orientais - Portugal - Lisboa, Sem-abrigo - Portugal - Lisboa, Serviço social com imigrantes - Portugal - Lisboa
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 30 (2004)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:27:26Z com informação proveniente do Repositório

Inês SOARES*

Da Desorganização Social à [Não] Integração – Imigrantes de Leste Sem Abrigo na Cidade de Lisboa

Este artigo pretende ser um contributo para a reflexão de um modelo de políticas sociais assente na defesa de uma perspectiva integrada.

A presença de imigrantes dos países da Europa de Leste em Portugal é um fenómeno recente que tem revelado sinais de vulnerabilidade e processos de exclusão social específicos, nomeadamente as situações extremas – sem abrigo. No sentido de averiguar os factores de exclusão social que se encontram na base deste fenómeno procedeu-se a uma caracterização e análise preliminar das condições de partida e das condições de chegada no processo de concretização do projecto migratório. A abordagem feita evidencia uma combinação entre os enquadramentos sócio-económicos no país de origem, e os factores estruturais da sociedade de acolhimento, geradora de situações de vulnerabilidade e exclusão.

Palavras-chave: imigração, Europa de Leste, exclusão social, sem-abrigo, Portugal

Introdução

As migrações internacionais, fenómeno incontornável que se caracteriza pela circulação de milhões de pessoas entre países e continentes, são simultaneamente consequência e causa de processos de exclusão social, como aponta Costa (2002). Por um lado, os fluxos migratórios podem indicar uma reacção das populações dos países excluídos que se dirigem para os países mais prósperos onde procuram encontrar melhores condi-

* Socióloga.

ções de vida. Por outro lado, estes indivíduos podem deparar-se com novas formas de exclusão, agora relacionadas com os processos de integração nos países de acolhimento, dependentes de múltiplos factores.

Na verdade, o aumento dos fenómenos imigratórios comporta consequências de ordem sócio-económica para os países de acolhimento. Isoladamente, a dimensão do fenómeno em Portugal não indicaria estar-se perante um problema social. No entanto, para além da dimensão, deve atentar-se ao conteúdo: “(...) pessoas estrangeiras, étnica e culturalmente diferentes. Muitos vivem em condições materiais e sociais degradadas e degradantes. A sobreposição da *diferença* com a *pobreza* e a *exclusão social* potencia o impacto dos reais problemas sobre a sociedade e agudiza a imagem negativa dos imigrantes (...).” (Costa e Baptista, 2002: 10). Por isso, os fluxos de imigrantes em massa provocam uma sensação de crise nas sociedades de acolhimento. Estes sintomas são agravados quando a *diferença* interfere com o que está estabelecido. Ora, essa interferência não pode deixar de existir quando as sociedades se compõem de actores cada vez mais diversificados.

O presente texto resulta de um trabalho de investigação sobre o problema dos imigrantes originários de países do Leste Europeu que se encontram em situação de exclusão social extrema, ou seja, na situação de sem abrigo. O principal objectivo é averiguar acerca dos principais factores de exclusão social que se encontram na base do surgimento do fenómeno numa tentativa de avançar com alguns indicadores que permitam a sua caracterização, ainda que preliminar. Pretende-se clarificar os contornos do problema e deixar algumas pistas que possam levar a respostas, sem limitar as possibilidades das mesmas.

O Século XXI e os Novos Fluxos Migratórios de Leste

Os fenómenos migratórios em Portugal têm apresentado alterações significativas ao longo das últimas décadas. Tradicionalmente referenciada como exportadora de mão-de-obra, a realidade portuguesa tem vindo a caracterizar-se também pela presença de fluxos imigratórios.

A partir de 1974 começou a verificar-se em Portugal o crescimento da imigração económica, o que alterou o fenómeno do ponto de vista qualitativo. Começaram a chegar a Portugal imigrantes, com origem

nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), a partir da segunda metade da década de 70. Mais tarde, na década de 90, iniciou-se um fluxo com origem no Brasil.

Nas últimas duas décadas do século XX a população estrangeira em Portugal com Autorização de Residência mais do que triplicou, passando de pouco mais de 58 000 indivíduos em 1980 para 190 896 em 1999 (Fonte: INE). No entanto, foi no ano de 2001, com a entrada em vigor do regime das Autorizações de Permanência, permitindo a regularização da situação de milhares de imigrantes, que foi possível dar visibilidade ao rápido crescimento da imigração nos últimos anos da década de 90 com a atribuição do título a 126 901 indivíduos durante o decorrer do ano (Fonte: SEF, Estatística dos Estrangeiros).

Foi também este processo de regularização que veio salientar a diversificação das origens dos fluxos actualmente presentes em Portugal. Para além da continuidade dos fluxos de origem africana, a dimensão e as características do fluxo brasileiro alteraram-se, verificou-se o aumento significativo da imigração asiática e a emergência de um fluxo dos países da Europa de Leste com grande relevância. Das 126 901 Autorizações de Permanência concedidas em 2001, 68 366 foram a indivíduos originários da Ucrânia, Moldávia, Roménia, Rússia e Bulgária, os cinco países mais representados da região (Quadro 1).

Este grupo de imigrantes começou a chegar ao país a partir de finais da década de 90, e veio alterar o panorama das migrações em Portugal, quer pelas suas características culturais ou sociais, quer pela forma como se está a proceder à sua integração.

Quadro 1 – Distribuição de Autorização de Permanência por Nacionalidade em 2001

Nacionalidade	N.º Autorização de Permanência
Ucrânia	45 233
Moldávia	8 984
Roménia	7 461
Rússia	5 022
Bulgária	1 666
Total	68 366

Fonte: SEF, Estatística dos Estrangeiros

Tendo em conta que actualmente os titulares de Autorização de Permanência correspondem a 40% da população imigrante em Portugal e que todos são activos (requisito para obter o título), e ainda que metade dos titulares de Autorização de Residência, que correspondem a 51% da mesma população, são activos, estima-se que cerca de 66% da população estrangeira em Portugal exerce uma actividade profissional, percentagem elevada de activos para que contribuiu o novo regime das Autorizações de Permanência (Fonte: SEF, Estatística dos Estrangeiros). Assim, está-se “(...) perante uma população imigrada basicamente masculina e jovem que crescerá substancialmente nos próximos anos apenas por via de processos de reunificação familiar, formais ou informais.” (Pires, 2003: 182) Até ao fim do ano de 2003 foram recebidos no SEF cerca de 14.000 pedidos de reunificação familiar para titulares de Autorização de Permanência, Visto de Trabalho, de Estudo ou de Estada Temporária, tendo sido deferidos 6 000.¹

No entanto, e como alerta Pires, “(...) dado o curto tempo de vigência do novo regime legal, é ainda impossível avaliar se estamos perante situações equiparáveis em termos de fixação no território.” (Pires, 2003: 175). Até porque a diversificação das origens dos imigrantes que chegam ao país e a alteração das características de alguns fluxos fazem prever comportamentos diferenciados.

Assim, Portugal entra no novo milénio em processo de mudança nas dinâmicas migratórias, constituindo-se como um país de “(...) imigração consolidada, imigração essa que, de resto, não é homogénea, antes compreendendo uma diversidade de fluxos e de protagonistas (...)” (Machado, 2002: 1).

Do ponto de vista interno, contribuem para este facto o esgotamento das reservas de mão-de-obra devido, em grande medida, ao reactivar dos fluxos emigratórios durante a década de 90. Há ainda a acrescentar a generalização de modelos de gestão empresarial baseados na subcontratação, que criam postos de trabalho de carácter precário “(...) pouco atractivos localmente, e onde tende a ser portanto maior a procura de trabalho imigrante.” (Pires, 2003: 184)

¹No momento de apresentação deste texto os dados de 2004 ainda não estavam disponíveis.

Do ponto de vista externo pode indicar-se a forte pressão emigratória derivada das más condições de vida proporcionadas nos países de origem, o que faz de Portugal um país atractivo, especialmente depois da integração europeia.

No que diz respeito aos fluxos dos países do Leste da Europa em particular, essa pressão emigratória resulta de dois aspectos principais. Por um lado, a desorganização social e económica resultante dos processos de transição política e económica a que estes países estão sujeitos desde o fim da Guerra Fria. Por outro lado, a concretização do potencial migratório reprimido pelo regime político anterior que essa transição política e económica veio possibilitar, "(...) o fim da Guerra Fria representou um marco na história das migrações globais, pondo fim a um regime político que manteve artificialmente baixos, por mais de 40 anos, os níveis de emigração mundial." (Massey, citado em Pires, 2003: 183). É ainda importante referir que, contrariamente ao que acontecia com a emigração, as migrações internas em todo o espaço da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e nos países sob a sua influência foram incentivadas no sentido de responder às exigências de mão-de-obra do sistema económico, nomeadamente do sector industrial. Desta forma, a migração não aparece como uma resposta nova na procura de trabalho e melhoria das condições de vida, a novidade é o alargamento das possibilidades de destino.

Apesar de se verificar uma redução significativa da atribuição da Autorização de Permanência ao longo dos últimos três anos (Quadro 2), esta estará mais relacionada com o facto de as atribuições do título se referirem ainda à actualização da situação de indivíduos que entraram em Portugal até 30 de Novembro de 2001 do que com o fluxo real de pessoas de países da Europa de Leste para Portugal. Estes números não nos permitem avaliar a dimensão real do fluxo nos anos seguintes. A atribuição de Vistos de Trabalho poderia ser um bom indicador. No entanto o reduzido número de atribuições, que se limita a 12 318 até 31 de Dezembro de 2003, parece indicar um hiato entre o número real de entradas e as entradas regulares registadas pelo SEF.

Quadro 2 – Evolução da atribuição de Autorização de Permanência

	2001	2002	2003
Ucrânia	45 233	16 916	2 546
Moldávia	8 984	3 066	582
Roménia	7 461	2 992	473
Rússia	5 022	1 807	218
Bulgária	1 666	1 021	158

Fonte: SEF, Estatística dos Estrangeiros

Assim, ao analisar os números referentes aos estrangeiros em Portugal, deve-se ter em conta o número de imigrantes em situação irregular, pois há que considerar aqueles que chegaram a Portugal no período posterior a 11 de Novembro de 2001, período limite para que pudessem beneficiar desse mesmo regime, e ainda os que não foram abrangidos pelo novo regime, por não cumprirem os requisitos.

Considerando as políticas de imigração cada vez mais restritivas que têm vindo a ser implementadas em Portugal, nomeadamente através do Decreto-lei n.º 34/2003 e do Decreto Regulamentar n.º 6/2004 correspondente, e associando-as ao crescimento da procura de mão-de-obra estrangeira por parte das empresas nacionais, procura que reflecte, no caso da construção civil, uma “dependência estrutural de mão-de-obra estrangeira”, nas palavras de Machado (citado em Costa e Baptista, 2002: 22), verifica-se que estão criadas as condições para o aumento do fluxo, ou pelo menos para a sua consolidação, mesmo que o seu recrutamento ocorra na ilegalidade. “Ou seja, existindo recrutamento no destino e disponibilidades na origem, a mediação tenderá a ser tão mais ilegal quanto menor for a institucionalização inter estatal da canalização do fluxo e maior o grau das restrições à entrada.” (Pires, 2003: 181).

Aliás, pelas características do fluxo, nomeadamente no que se refere à distribuição geográfica pelas diferentes regiões do país de forma mais equilibrada (Costa e Baptista, 2002), contrariando a concentração na área metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo característica dos imigrantes africanos e brasileiros, verifica-se que este se tem constituído com base num

recrutamento organizado que gere a procura de mão-de-obra imigrante no destino e a procura de oportunidades de emigração na origem.²

Apesar de ser no sector da construção civil que estão empregados em maior número os imigrantes de Leste, a sua presença é já significativa no sector agrícola e no sector da indústria transformadora. A sua inserção é todavia, precária. No geral, a população imigrante apresenta taxas de actividade elevadas, mas uma grande parte dos imigrantes situa-se no mercado de trabalho secundário, “(...) com níveis salariais mais baixos, onde são praticamente inexistentes práticas contratuais regulamentadas e onde vigora a “desprotecção” social em caso de desemprego ou doença.” (Costa e Baptista, 2002: 19). Mesmo em relação aos imigrantes com vínculos formalizados, a grande maioria estabelece vínculos precários com os seus contratantes (contratos a termo).

Uma das questões que pode ser levantada em relação à inserção profissional destes imigrantes está relacionada com a forma como esta tenderá a evoluir à medida que se for consolidando a sua integração no país, já que “(...) os poucos dados disponíveis parecem indiciar uma maior qualificação profissional dos imigrantes do Leste (...) não só em relação aos imigrantes do ciclo anterior mas também em relação à população portuguesa em geral (...)” (Pires, 2003: 185). Ou seja, verifica-se um desajustamento entre o capital escolar destes imigrantes e a sua inserção profissional na sociedade portuguesa. A este facto, pode associar-se a “(...) tendência relativa para uma maior estabilidade e qualidade do emprego à medida que o tempo de permanência vai aumentando (...)” (Costa e Baptista, 2002: 20) e esperar que esse desajustamento venha a diminuir.

1. Os Imigrantes de Leste e a Exclusão Social – Problematização

Tratando-se de um fenómeno recente, será ainda difícil caracterizar com precisão o fluxo migratório de Leste, bem como os processos de

²Contraria-se, assim, a ideia de que este fluxo migratório é organizado “(...) por redes de auxílio à imigração ilegal, com objectivos bem definidos e a operar em larga escala: tráfico de mão-de-obra clandestina.” (Palos, 2004: 12), veiculada por entidades públicas, nomeadamente o SEF. Como alerta Pires, “independentemente do papel que essas organizações possam ter tido na canalização de parte da imigração do Leste, o rápido crescimento paralelo da imigração do Brasil mostra quão redutor seria uma tal explicação dos processos em análise.” (Pires, 2003: 177).

integração na sociedade Portuguesa a ele associados, ainda em processo de construção. No entanto, há alguns indicadores que alertam para a vulnerabilidade de alguns indivíduos deste grupo e para a precariedade das condições de vida em que se encontram, sendo já perceptíveis situações de *exclusão social*³.

Também no que se refere aos fenómenos de exclusão social, este grupo apresenta características diferenciadas dos tradicionais fluxos migratórios.

Uma das principais características prende-se com as estratégias habitacionais. Bruto da Costa e Isabel Baptista (2002) identificam dois grupos quanto às opções de habitação no âmbito do fluxo de Leste. Por um lado, aqueles indivíduos que optam pela permanência em Portugal, trazendo as suas famílias e que, por isso, optam por uma situação habitacional mais estável. Por outro lado, aqueles indivíduos para quem a emigração é um projecto de curta duração, numa estratégia clara de poupança máxima, com o objectivo de regressar ao seu país de origem e às suas famílias rapidamente e que, por isso, fazem as suas opções habitacionais pelo critério do menor custo possível, utilizando alojamentos disponibilizados pelo empregador ou partilhando casas e quartos com outros imigrantes em condições de grande precariedade.

Outro aspecto ainda a referir é que, quer a dispersão geográfica, quer a estratégia migratória de curta duração com objectivos de poupança máxima, são incompatíveis com o desenvolvimento e a consolidação de redes de solidariedade formais ou informais que permitam o suporte das situações de maior vulnerabilidade neste último grupo de indivíduos. Assim, é com frequência que estes indivíduos se deparam com situações de ausência de apoio e isolamento.

Associado ao novo fluxo de imigrantes com origem nos países do Leste Europeu, surge o fenómeno da exclusão social que vai ganhando dimensão

³Entendida enquanto um processo que conduz a uma relação deficitária do indivíduo ou grupo com a sociedade de que faz parte, que se traduz numa sequência de rupturas dos laços sociais (*désaffiliation*) e na impossibilidade de aceder ao estatuto de cidadania plena. Bruto da Costa (2002) identifica cinco tipos de exclusão social: económico, social, cultural, de origem patológica e por comportamentos auto-destrutivos. Estes tipos correspondem a causas imediatas de diferente ordem que não são exclusivas entre si, sobrepondo-se frequentemente num único indivíduo, agregado familiar ou grupo. A exclusão social tem consequências ao nível dos padrões de vida dos que por ela são afectados que se reflectem em “modos de vida da pobreza”. (Capucha, 1990)

naquela que é uma das suas formas mais extremas e também mais visíveis, o fenómeno dos *sem abrigo*⁴, que se traduz no crescimento exponencial destes imigrantes a recorrer aos equipamentos de apoio a esta população (Costa e Baptista, 2002; Feantsa: Statistical Update)⁵.

Apesar das dificuldades de integração sentidas por quase todos os migrantes quando chegam ao país que escolheram como destino, por todas as alterações a hábitos e comportamentos que são exigidas por uma organização social distinta, os fenómenos de exclusão social extrema não são comuns, nomeadamente quando se tratam de migrações de carácter laboral, em que os indivíduos migram na expectativa da melhoria das suas condições de vida – bem como as da sua família que muitas vezes permanece no país de origem – através da inserção no mercado de trabalho.

Para além disso, “(...) nos países de origem migram sobretudo aqueles que, possuindo já alguns recursos, são mais afectados entre as expectativas de mobilidade e as possibilidades de realização dessas expectativas.” (Portes, referido em Pires, 2003: 72). Assim, a decisão de emigrar surge de uma mediação entre os recursos à partida, os custos e os riscos que comporta um projecto migratório e as vantagens que desse projecto poderão advir, não só para o indivíduo mas também para a sua família. No entanto, como refere Pires, “(...) na maioria dos casos, os migrantes, mesmo se migram em função de um cálculo racional de custo-benefícios, fazem esse cálculo num espaço de comparabilidade muito limitado (...)” (2003: 71) Por outro lado, existem factores sobre os quais o indivíduo não tem controle, nomeadamente no que se refere às condições estruturais do país de acolhimento (políticas e de recepção social), que são determinantes para os modos de inclusão dos imigrantes nas sociedades de chegada (Pires, 2003), pelo que o risco da decisão de partir é elevado.

⁴O termo remete para a ausência de condições de alojamento dignas, no entanto, a ausência de um tecto é apenas uma das múltiplas e intensas privações presentes na situação de sem abrigo.

⁵No estudo de Pereira, Barreto e Fernandes (2001) é identificada a emergência de imigrantes de países do Leste Europeu sem abrigo, em número ainda residual, mas com tendência para aumentar. Também os dados referentes aos utentes dos Centros Porta Amiga da AMI durante o ano de 2001 revelam um crescimento destes casos, nomeadamente na cidade do Porto. Nesse ano dirigiram-se aos Centros Porta Amiga de Lisboa cerca de 432 indivíduos imigrantes de Leste e do Porto 609.

Os indivíduos raramente tomam decisões, sobre a hipótese de partir ou para onde ir, num vazio. Estas decisões são contextualizadas no domínio das sociabilidades. “Households and social networks mediate the relationship between the individual and the world system and provide a more proactive understanding of the migrant (...)” (Brettell, 2000: 107). As consequências da decisão de partir, que vão para além das transferências de remessas, são frequentemente sentidas em agregados familiares. “O cálculo dos custos e benefícios implicados numa decisão de eventual migração tem também que levar em conta considerações de status e de afirmação do self presentes nas relações dos indivíduos com as colectividades de origem, e em particular com a família, ou seja, tem também que se basear em considerações de sociabilidade.” (Portes referido em Pires, 2003: 73) Ou seja, a decisão de migrar e o conteúdo da escolha migratória é o resultado de um processo de *deliberação colectiva* e não de uma *decisão individual* (idem).

A grande questão que se coloca é relativa aos factores de exclusão social que se encontram na base do surgimento do fenómeno dos sem abrigo imigrantes de Leste. Pode começar-se por questionar os motivos que levaram os indivíduos a sair do país e as condições em que o fizeram, ou seja, a base sobre a qual foi construído o seu projecto migratório e a forma como se vai repercutir na sua integração no país de acolhimento.

Como apontam Brettell e Hollifield “(...) outcomes for people who move are shaped by their social, cultural, and gendered locations and migrants themselves are agents in their behavior, interpreting and constructing within the constraints of structure.” (2000: 4). Ou seja, para além de atentar às condições de partida e aos factores estruturais deve-se ainda ter em conta o comportamento dos indivíduos, actores chave de todo o processo. Assim, será ainda importante atentar à forma como o projecto migratório, depois de construído, é empreendido e processado pelos próprios indivíduos desde o contexto de origem até ao contexto de chegada.

Tendo em conta a “necessidade estrutural” de mão-de-obra nalguns sectores da economia em Portugal, não parece ser o desemprego a atingir estes imigrantes a causa para tal fenómeno. Para além disso, o recurso ao recrutamento ilegal como forma de resposta às políticas de imigração de carácter restritivo é um indicador de que, ainda que um indivíduo não esteja regularizado, poderá encontrar soluções de trabalho, mesmo que

desprotegidas e pouco satisfatórias, que poderiam, no entanto, constituir-se como uma estratégia para não enveredar pelos percursos da exclusão. Assim, o facto de alguns indivíduos se encontrarem situados num mercado de trabalho claramente secundário onde imperam a precariedade e a desprotecção, não parece justificar, só por si, o surgimento deste fenómeno.

Outro aspecto remete para os níveis de escolaridade elevados que são indicados para os imigrantes de Leste e que fariam esperar uma mobilização dos recursos de acordo com processos de integração bem sucedidos.

Assim, os factores de exclusão que se procuram poderão surgir da combinação das condições de partida dos indivíduos e das condições que vão encontrar no contexto de chegada. Ou seja, alguns dos factores de exclusão estarão presentes já no momento do empreendimento do projecto migratório. Desta forma, será a deslocação, e a conseqüente perda de redes sociais de suporte que, no contexto de acolhimento, vão potenciar os factores de exclusão já presentes e levar à situação de sem abrigo. Eventualmente, alguns factores estruturais da sociedade de acolhimento vão-se juntar neste processo e agravar certo tipo de situações de vulnerabilidade.

Ou seja, a exclusão social nos imigrantes de Leste que se encontram na situação de sem abrigo poderá ser reveladora de enquadramentos socio-económicos precários no país de origem. Estes enquadramentos, que se prendem com problemas de ordem diversa, tais como o desemprego de longa duração de membros do agregado familiar, problemas com o consumo de bebidas alcoólicas ou outras substâncias, rupturas e desvinculação familiar, não levaram à exclusão social extrema no país de origem, devido à presença de redes de solidariedade informais e a estratégias desenvolvidas pelos agregados familiares alargados para lidar com estas situações em sociedades profundamente desorganizadas política, social e economicamente.

2. Pistas para a Análise da Exclusão Social nos Imigrantes

Rui Pena Pires define o termo *migração* enquanto “(...) deslocação inter-sistemas de ordem que inclui processos de desintegração (na sociedade de partida) e de (re)integração (na sociedade de chegada) dos migrantes”, sendo que, neste contexto, *sociedade* entende-se como “(...) um sistema

territorialmente delimitado por um conjunto específico e particular de macrorregras de pertença.” (2003: 59), ou seja, não remete necessariamente para as migrações internacionais, inclui também as migrações internas.

No âmbito das migrações internacionais e dos fenómenos de exclusão social a elas associados a questão territorial parece ser relevante por dois motivos. Por um lado, as migrações podem ser entendidas como uma reacção das populações de países excluídos, no sistema mundial, procurando noutro país as condições que não conseguem obter naquele de onde são originários. Desta forma, o migrante pode, logo à partida, ser considerado excluído.

Por outro lado, chegados aos locais de destino, os imigrantes podem também deparar-se com formas de exclusão social diferentes das que sentiam nos países de origem. Não se pode deixar de considerar uma série de especificidades introduzidas pela condição particular dos actores sociais envolvidos, desde logo, o facto de se encontrarem em situação de *estrangeiro*, que lhe acrescenta complexidade na medida em que se trata de “(...) uma situação a que tende a corresponder um estatuto de redução de direitos.” (Pires, 2003: 63). Essa exclusão traduz-se, desde logo através dos limites impostos no âmbito da participação política, excluindo-os do acesso ao estatuto de *cidadania plena*⁶ na sociedade que os acolhe.⁷

O afastamento do espaço social onde o indivíduo tinha toda a sua vida organizada, implica a “desparametrização do quotidiano do migrante” (Pires, 2003: 74). O indivíduo vê-se, então, afastado de um conjunto de sistemas sociais onde se desenvolviam as suas relações sociais e onde estabelecia os laços com a comunidade em que estava inserido.

⁶O estatuto de cidadania plena é entendido enquanto acesso aos padrões de vida tidos por aceitáveis, “(...) normativamente inscritos nas estruturas sociais e explicitamente consagrados em documentos que expressam os grandes consensos que fundam os compromissos entre os membros de uma sociedade.” (Capucha, 1998:210). Segundo Bruto da Costa (2002) este estatuto deve ser entendido como possibilidade de relação com um conjunto de sistemas sócias básicos que agrupa em cinco domínios: social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas. Assim, a exclusão social, enquanto não acesso a esse estatuto, caracteriza-se pela ruptura com um ou mais destes sistemas sociais.

⁷Mesmo quando se trata de estrangeiros de países com acordo bilateral de equiparação de direitos com o país de acolhimento, a participação política fica limitada pelo desconhecimento da realidade política do país ou da língua. Estas são, no entanto, dificuldades ultrapassáveis com o tempo de permanência no país de acolhimento.

O espaço de tempo que decorre entre a saída do país de origem e a chegada e integração no país de acolhimento, constitui-se como um tempo de *dupla referência* em que os laços que o migrante estabelece com o país de origem são atenuados e os laços com a sociedade do país de acolhimento ainda estão por estabelecer ou são pouco consistentes, gerando uma situação de grande vulnerabilidade.

Ao nível dos sistemas sociais imediatos, como a família, se a migração não implica uma ruptura, implica, desde logo, uma alteração do padrão relacional estabelecido, na medida em que a distância assim o obriga. O mesmo acontece com os sistemas sociais intermédios e mais alargados, onde a participação do indivíduo fica limitada, ainda que se mantenham laços fortes e contactos regulares, nomeadamente através de contactos telefónicos ou visitas regulares ao país de origem.

Também no domínio económico se identificam aspectos que parecem ter relevância, quer no que se refere aos activos, incluídos no sistema gerador de recursos, quer no que se refere ao sistema de poupanças. Muitas vezes, na ânsia de empreender o projecto migratório, os indivíduos optam por se desfazer dos bens que possuem de forma a criar capital para o investimento que tem de ser feito. Assim, quer os activos, quer as poupanças disponíveis, são esgotados para assegurar a viagem e a documentação necessária para entrar no país de destino. No entanto, ainda que mantenham activos, como a sua casa ou uma propriedade agrícola, ela está deslocada em relação às necessidades dos indivíduos pelo que de pouco lhe poderão servir em caso de necessidade.

O domínio institucional é gravemente prejudicado pela questão da língua. Em primeiro lugar, parte dos imigrantes, nomeadamente no que se refere aos fluxos de Leste da Europa, não conhece a língua quando chega a Portugal. Por outro lado, as próprias instituições não se encontram preparadas para lidar com a diversidade de línguas faladas pelas pessoas que a elas recorrem. Desta forma, o relacionamento destes indivíduos com as instituições fica limitado. No entanto, verifica-se já uma abertura da sociedade portuguesa a este nível sendo que um grande número de serviços tem disponível informação em diferentes línguas. É ainda de referir um conjunto de serviços criados especificamente para esta população.

Ao falar de exclusão social, faz sentido, ainda que por oposição, analisar o conceito de *integração social*. Este refere-se ao processo de passa-

gem de indivíduos, famílias ou grupos de situações de exclusão social para uma situação em que possam aceder ao estatuto de cidadania plena. Um aspecto muito importante referido por Capucha remete para o facto de que “A integração social não implica a anulação das diferenças, das clivagens e dos conflitos sociais, mas tem por base a ideia de que tais diferenças, clivagens e conflitos não coloquem certos grupos ou categorias sociais fora das estruturas correntes da sociedade, isto é, de que as diferenças não se tornem moralmente intoleráveis e contraditórias em relação às normas.” (1998: 214).

No âmbito da sociologia das migrações, o recurso ao conceito de *integração* tem por base uma conceptualização diferente, nomeadamente a desenvolvida por Rui Pena Pires, que entende integração enquanto o processo de desconstrução das inserções na sociedade de origem, por um lado, e a reconstrução de inserções na sociedade de destino, por outro. Assim, o problema da integração surge ao longo de todo o processo migratório. “Na origem, porque são processos de desintegração, tanto no plano social como no sistémico, que favorecem a constituição do fluxo; no destino, porque a estabilização da presença dos imigrantes passa pela solução de problemas de integração, no que se refere quer à reconstrução, pelos imigrantes, dos modos da sua inclusão na ordem interactiva local, quer à compatibilização, eventualmente problemática, desses modos de inclusão com as características das sociedades de destino enquanto estados-nação.” (2003: 4)

Fernando Luís Machado apresenta o problema da *integração* das minorias imigrantes na sociedade de acolhimento em função dos níveis de contraste e de continuidade verificados em relação à população majoritária em várias dimensões sociais e culturais, que se traduz em processos mais ou menos acentuados de *etnicidade* (2002). Estes processos deverão ser analisados atentando a factores de diferenciação estrutural e não apenas às diferenças étnicas e raciais, mais visíveis, mas sem a capacidade de reflectir a complexidade e multidimensionalidade destes processos. Desta forma, “As minorias de contraste social acentuado, cujos membros tenham, nomeadamente, um perfil socioeconómico marcadamente desfavorecido, encontram-se numa situação de exclusão social, ou seja, de não integração.” (Machado, 2002: 5) Já os contrastes de carácter cultural, se combinados

com continuidades socioeconómicas, não parecem constituir-se como factores de exclusão.

Qualquer destas perspectivas refere-se à relação mantida entre os indivíduos ou grupos e determinado sistema ou espaço social que se pode, ou não, traduzir na sua integração nesse sistema, quer através do acesso ao estatuto de cidadania plena, quer através das continuidades e contrastes desses indivíduos em relação à população maioritária ou mesmo através da reconstrução da sua inclusão na ordem interactiva local.

Do ponto de vista do presente texto, o problema coloca-se na perspectiva da ausência de integração na sociedade de acolhimento, enquanto exclusão do acesso ao estatuto de cidadania plena, através das relações mantidas entre este grupo particular, o dos imigrantes de Leste em situação de sem abrigo, e os diferentes sistemas sociais.

No entanto, tem-se em conta que o processo de exclusão social pode já ter sido iniciado no contexto da sociedade de origem, no sentido de ter havido ruptura das relações sociais no âmbito dessa sociedade. Essa ruptura pode constituir-se como causa da deslocação territorial.

As rupturas das relações sociais no âmbito da sociedade de origem podem ainda ser um efeito da deslocação territorial. Em ambos os casos, têm como consequência o surgimento de descontinuidades na sociedade de acolhimento.

3. Os Imigrantes de Leste Sem Abrigo na Cidade de Lisboa

No sentido de enquadrar o fenómeno particular dos sem-abrigo imigrantes de países do Leste Europeu⁸ no fenómeno da pobreza e da exclusão social extrema no contexto da cidade de Lisboa foi, num primeiro momento da investigação, feita a análise do registo dos utentes da estru-

⁸A referida abrangência do termo sem abrigo tem implicações na sua definição em termos práticos. Por vezes, são considerados sem abrigo apenas aqueles que dormem na rua ou em centros de acolhimento, no entanto este critério pode ser insuficiente na medida em que há pessoas que, apesar de não dormirem na rua ou em centros, também não têm garantidas as condições mínimas de alojamento, nomeadamente no que se refere à população imigrante com factores de vulnerabilidade acrescidos. Apesar de se saber que a exclusão social não se esgota nas situações dos indivíduos que dormem na rua ou em centros de acolhimento, são estas as situações contempladas no âmbito do presente estudo. No âmbito desta investigação foram

tura de emergência de apoio aos sem-abrigo da CML (Câmara Municipal de Lisboa), que funcionou entre Janeiro e Junho de 2003 no âmbito do Plano LX (Plano Municipal de Prevenção e Inclusão de Toxicodependentes e Sem Abrigo), estando conscientes que o dinamismo económico característico de uma capital e a concentração de um conjunto de serviços e infra-estruturas, nomeadamente a presença de instituições de apoio a sem-abrigo e/ou imigrantes, podem ser factores que influenciam a concentração destes indivíduos na cidade, espaço onde desenvolvem as suas estratégias de sobrevivência⁹.

Apesar das limitações dos dados recolhidos, estes revelaram-se úteis para os objectivos propostos. Foram apenas considerados género, idade, nacionalidade e data de ingresso e de saída da estrutura, havendo ainda um campo para observações de onde foi possível retirar algumas pistas de investigação. No entanto, a informação não foi recolhida de forma sistemática pela organização desta estrutura, sendo que há muitas variáveis sem qualquer tipo de indicação, desaproveitando-se um contexto privilegiado de recolha de informação, por um lado, e limitando as possibilidades da sua análise, por outro.

Adoptou-se, nesta fase, uma perspectiva extensiva com dois objectivos principais. Por um lado, o enquadramento do fenómeno dos imigrantes

contemplados enquanto imigrantes originários da Europa de Leste, indivíduos do Cazaquistão e do Uzbequistão. Tratando-se de países fortemente influenciados pela ex-URSS e ainda pela Rússia, compreende-se que o fluxo destes países, apesar de serem considerados países asiáticos, tem, em muitos aspectos, características semelhantes e é causado pelo mesmo tipo de factores (transição política e económica) que se observam países da Europa de Leste.

⁹Uma das características mais marcantes do fenómeno dos sem abrigo em Portugal consiste na sua concentração na cidade de Lisboa. No entanto, nos últimos anos a sua presença tem-se dispersado por outros centros urbanos, nomeadamente Porto e Coimbra. (Feantsa, Statistical Update; Pereira, Barreto e Fernandes, 2001) Contudo, é necessário ter em conta que os imigrantes de Leste são os que mais recorrem aos apoios institucionais disponíveis, o que pode levar à sua sobre-representação. Pela experiência de contacto na situação de rua com estes indivíduos verifica-se, de uma forma geral, uma abertura à intervenção das equipas, nem sempre verificada quando se intervém junto de outros grupos.

de Leste em situação de exclusão social extrema no contexto geral do fenómeno imigratório da sociedade portuguesa. Por outro lado, compreender a dimensão que o fenómeno assume no contexto da população sem abrigo da cidade de Lisboa, já que no local de observação se juntaram cerca de 841 sem abrigo. Não sendo possível seleccionar uma amostra por métodos aleatórios, toma-se este número como suficientemente representativo do universo.

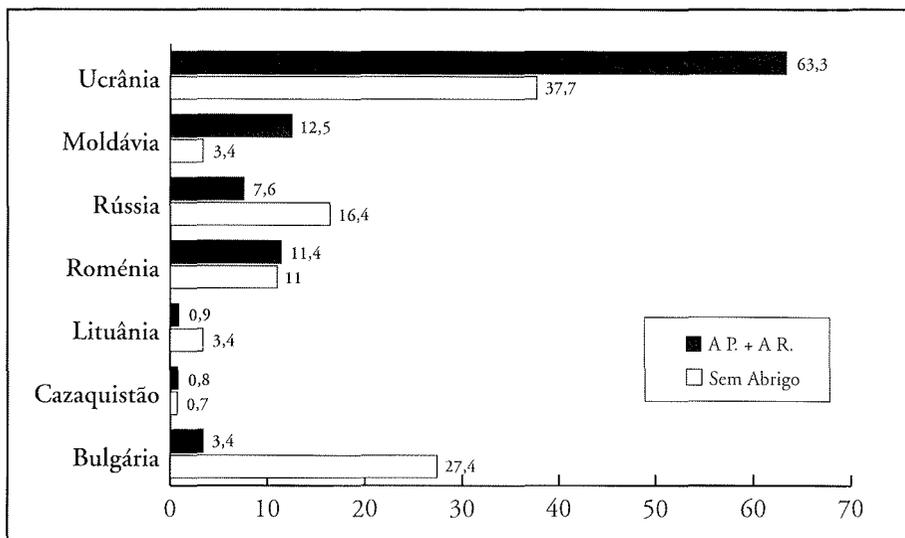
Do total de 841 indivíduos acolhidos pela estrutura da Câmara Municipal de Lisboa, 407 são de nacionalidade portuguesa e 248 têm outras nacionalidades, sendo que não há registo da nacionalidade de 186 indivíduos. A população estrangeira corresponde a 37,9% dos indivíduos em relação aos quais há registo de nacionalidade, o que parece ser um valor relativamente elevado e revelador do aumento da vulnerabilidade dos imigrantes a situações de exclusão social¹⁰.

De acordo com a diversificação do fenómeno imigratório em Portugal, verificou-se a presença de indivíduos de origens muito diversificadas. Desde indivíduos originários de outros países da União Europeia, até indivíduos com origem no continente asiático. Há registos de todos os continentes, exceptuando a Oceânia. No entanto, são os originários da Europa de Leste (146) os que representam a maior proporção de população estrangeira (58,9%) e incluem imigrantes originárias da Bulgária, Cazaquistão, Lituânia, Roménia, Rússia, Moldávia e Ucrânia.

Dentro do grupo, e no que se refere aos indivíduos que recorreram a esta estrutura de apoio específica, são os ucranianos que estão em maior proporção com 37,7%, seguidos dos búlgaros (27,4%), dos russos (16,4%) e dos romenos com (11%). Os indivíduos de nacionalidade Moldava e Lituana representam 3,4% em ambos os casos e os do Cazaquistão 0,7%, com apenas um registo (Gráfico 1).

¹⁰Atendendo ao valor anteriormente apresentado de 14% (Bruto da Costa: 2002), relativo à percentagem de elementos de minorias étnicas, essencialmente imigrantes dos PALOP, em situação de sem abrigo.

Gráfico 1 – Imigrantes Legalizados e Utentes por grupo de origem



Fonte: SEF, Estatística dos Estrangeiros

Vale a pena comparar a representação destas nacionalidades na estrutura de apoio com a sua representação nos dados referentes aos estrangeiros legais, com Autorização de Permanência ou Autorização de Residência em Portugal durante o ano de 2003 (Gráfico 1).

É possível verificar que, apesar de se manterem os mais representados, a proporção de indivíduos ucranianos acolhidos nesta estrutura de apoio (37,7%) é inferior ao seu peso no total da população imigrante. Este facto pode revelar que, sendo, no âmbito da imigração dos países de Leste, aqueles que se encontram em maior número em Portugal, os originários da Ucrânia são, também, aqueles que se encontram mais organizados do ponto de vista das solidariedades e das redes informais de suporte. Por outro lado, pode ainda ser revelador de um fluxo mobilizado por redes de recrutamento informais de carácter familiar, ou outro, facilitando, desta forma, a sua integração.

Já os indivíduos originários da Moldávia, que ocupam o segundo lugar entre as populações imigrantes do Leste europeu mais numerosas em

Portugal, representam apenas 3,4% dos imigrantes de Leste em situação de exclusão social.

Quer a Rússia, quer a Bulgária, são origens menos representadas entre a população imigrante deste grupo, sendo que os russos representam 7,6% e os búlgaros 3,4% dos imigrantes do Leste europeu. No entanto, a proporção de indivíduos sem abrigo apresenta valores que chamam a atenção para a sua vulnerabilidade, registando-se 16,4% de nacionais da Rússia e 27,4% de nacionais da Bulgária. Estes valores podem revelar, para além da ausência das referidas redes de suporte, a escassez de recursos com que estes indivíduos empreenderam o seu projecto migratório. Também no caso da Lituânia se verifica uma representação superior entre os indivíduos sem abrigo relativamente à representação revelada quando analisados os dados referentes aos indivíduos a residir legalmente em Portugal.

Quanto à situação dos originários da Roménia, podemos verificar que a sua representação é equivalente em ambas as situações (cerca de 11%). O caso do Cazaquistão aparece como residual, em ambos os casos.

Do total destes utentes apenas foram registadas onze mulheres. O número não é surpreendente, na medida em que as mulheres, quando emigram, estão também, e normalmente, mais protegidas do que os homens. Frequentemente emigram depois dos maridos, quando estes já conseguiram condições de estabilidade, ou vêm para casas de amigos que as podem ajudar, ou seja, vêm com alguns apoios e não tanto “à aventura” como os homens. É também menos esperado, do ponto de vista social, que estas o façam.

No que concerne às idades, existe informação relativa a 121 utentes imigrantes do Leste Europeu. Estes indivíduos situam-se entre os 20 e os 56 anos de idade, encontrando-se todos em idade activa. Entre estes, verifica-se uma maior proporção de indivíduos até aos 40 anos, que representam 57,2%.

O tempo de permanência na estrutura variou entre alguns dias e mais de 3 meses, perfazendo, todo o tempo em que este apoio esteve disponível. Cerca de metade dos indivíduos permaneceram na estrutura por um espaço de tempo relativamente curto, até um mês, o que pode estar relacionado com o facto de o apoio concedido nesta estrutura ser insuficiente e não dar uma resposta efectiva às problemáticas dos utentes, assumindo um carácter assistencialista que consistia essencialmente em alimentação

e em local de pernoita. No entanto, é também significativo o número de indivíduos que foi prolongando a sua estadia até 2 meses, 3 meses e mesmo por mais de 3 meses. Para alguns indivíduos consistiu num apoio importante pois era uma forma de assegurar uma refeição, um banho e um sítio onde dormir, condições necessárias para procurar um emprego, ou para a manutenção do mesmo.

É necessário ainda referir aqueles que, adoptando uma atitude mais “acomodada”, permaneceram nesta estrutura de uma forma passiva. As suas características de flexibilidade permitiram que a ela recorressem indivíduos que não acediam a ir para outro tipo de estruturas, nomeadamente os que apresentavam problemas de alcoolismo ou toxicod dependência.

Dos indivíduos em relação aos quais existe registo sobre a situação legal, dezoito encontravam-se indocumentados. A questão da importância da regularização dos imigrantes como um factor de influência nos processos de integração nas sociedades de acolhimento ou, neste caso, nos processos de exclusão social, parece ser fundamental. De facto, tendo em conta o enquadramento legal da imigração em Portugal, a não detenção de um título válido constitui-se como um factor impeditivo do acesso dos indivíduos em vários domínios, nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho.

Um outro aspecto que se foi revelando importante neste grupo tem a ver com comportamentos auto-destrutivos. Constatou-se o uso de drogas, nos indivíduos mais jovens, ou bebidas alcoólicas nos grupos etários mais altos.

Para além do apoio da Câmara Municipal de Lisboa, alguns destes sem abrigo recorreram a outras instituições de apoio à população imigrante. Onze indivíduos recorreram ao Serviço Jesuíta aos Refugiados, reconhecido pelo apoio que dá à população originária dos países da Europa de Leste, nomeadamente na procura de emprego e no apoio jurídico, e três recorreram à Organização Internacional das Migrações onde se podiam inscrever no Programa de Retorno Voluntário. Apenas duas pessoas tinham o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Estes números são reveladores da falta de capacidade das instituições em criarem respostas de apoio e da sua inadequação aos problemas sociais emergentes com o aumento do fenómeno migratório em Portugal.

5. Da Desorganização Social à [Não] Integração

No segundo momento, foi feita a caracterização da exclusão social neste grupo analisando a informação recolhida através de conversas informais¹¹ mantidas com vinte¹² homens¹³. Estas foram conduzidas no sentido de recolher o máximo de informação sobre a situação no país de origem e o percurso que levou à exclusão no país de acolhimento.

Foram definidos os indicadores de exclusão neste grupo, no sentido de compreender a forma como esta se processa na articulação entre a situação no país de origem e no contexto de acolhimento. Ou seja, abordou-se o fenómeno dos imigrantes de Leste sem abrigo enfatizando a análise da sua condição migratória e foi essa mesma análise, com base em indicadores sócio-económicos, que permitiu "(...) identificar os recursos que podem mobilizar ao longo do processo migratório, desde os motivos que levaram à decisão de partir, até à integração na sociedade de acolhimento. O tipo e o grau de integração evidenciados pelos diferentes grupos não são, aliás, de todo indiferentes a esses diferentes níveis de recursos de partida." (Costa e Baptista, 2002: 16).

Foram mantidas conversas com doze indivíduos de nacionalidade ucraniana, três de nacionalidade russa, dois búlgaros e dois moldavos e ainda com um indivíduo originário do Uzbequistão.

Situam-se entre os 22 e os 54 anos, sendo que cerca de dois terços se situa acima dos 40 anos (13 indivíduos) e apenas três abaixo dos 30 anos. A média de idades neste grupo é de cerca de 40 anos, o que corresponde

¹¹ Apesar de inicialmente a recolha de informação ter sido pensada na forma de entrevista, chegou-se à conclusão de que esta surgia como intimidante, inibindo-os de relatar os acontecimentos e revelar informação importante. Atendendo à situação de vulnerabilidade em que se encontram, verificou-se alguma desconfiança da sua parte relativamente ao interesse revelado no sentido da compreensão dos seus percursos.

¹² Estes indivíduos, não constituindo uma amostra significativa dos imigrantes de Leste sem abrigo na cidade de Lisboa permitiram, através destas conversas recolher um conjunto de informação útil para se proceder a uma análise preliminar da especificidade dos processos de exclusão social neste grupo.

¹³ O facto de não ter sido entrevistada nenhuma mulher, não se trata de uma situação premeditada, mas antes resultante do facto de não ter surgido nenhuma oportunidade de contactar uma mulher na situação de sem abrigo, devido ao reduzido número em que surgem nestes contextos.

a uma média de idades inferior à registada na população sem abrigo nacional, de 48 anos para os homens (Costa, 2002: 77). Atendendo ao facto de as populações migrantes serem normalmente jovens, esta discrepância entre as idades verificadas nos imigrantes de Leste sem abrigo e na população sem abrigo em geral surge como algo esperado.

5.1. Situação na Origem, Motivações e Integração

O meio de vida de todos os indivíduos com quem se conversou é, primeiramente o trabalho e, ainda que não o tenham referido directamente, o desemprego revela-se como uma causa importante de dificuldades económicas no contexto de origem.

Assim, e de acordo com o carácter económico do fluxo migratório da Europa de Leste, as principais motivações apontadas para a decisão de emigrar prendem-se com o desejo de melhoria das condições de vida ou situações de insuficiência económica.

No entanto, este tipo de motivações não é suficiente para que as pessoas sejam levadas a tomar uma decisão desta amplitude: “(...) pressupor que existirão migrações sempre que estiverem em causa problemas de satisfação de interesses materiais significa pressupor uma prioridade ontológica desses problemas sobre outras componentes da existência humana que condicionam as escolhas sociais.” (Pires, 2003: 73). A decisão de emigrar é tomada no âmbito familiar e comunitário.

O desemprego afecta não só os indivíduos que se encontram desempregados, mas também os agregados familiares de que fazem parte, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social, pelo que “(...) a decisão sobre uma eventual migração pode não ser sequer uma decisão individual.” (2003: 73). Dois dos indivíduos dizem ter sido pressionados pela família para emigrar. Pelo menos seis dos entrevistados referem ter familiares deles dependentes economicamente, sendo possível que se verifiquem situações idênticas que não foram referenciadas, pois atendendo à condição perante o trabalho do agregado familiar destes indivíduos, verifica-se que em pelo menos um caso não é referida a situação de dependência económica, embora os membros do agregado familiar não se encontrem a trabalhar.

Nestes casos, dificilmente a decisão de migrar foi tomada individualmente, constituindo-se antes como uma *deliberação colectiva* (Helweg, referido em Pires, 2003: 73), na medida em que a migração aparece como uma tentativa de solução para um problema de ausência de recursos económicos que é, de facto, um problema de todo o agregado familiar.

Pode-se aqui levantar a questão da posição destes indivíduos no âmbito da comunidade, se, perante as dificuldades económicas atravessadas pela família, não tomassem uma atitude com vista à solução deste problema. Nomeadamente se for tido em conta que os países de onde são originários vêm apresentando, na última década, taxas de emigração elevadas, ou seja, a emigração tem vindo a constituir-se como uma estratégia reconhecida de mobilidade social, como resposta a um contexto desorganizado do ponto de vista político, económico e social.

O desemprego e as dificuldades económicas são atribuídos à situação socio-económica do país, que introduz discontinuidades nos modos de vida destes indivíduos, levando-os a viver situações críticas. Nesta circunstância, é mais provável que os indivíduos sejam levados a emigrar, já que, apesar dos “(...) custos de insegurização presentes em qualquer acto migratório, a valorização do seu peso na tomada de decisão tenderá a ser menor sempre que a situação em que ocorre essa tomada de decisão se caracterizar já por algum grau de insegurização como acontece nos momentos decisivos.” (Pires, 2003: 75).

São apenas dois os indivíduos que apontam motivações de ordem pessoal para a migração, o que revela que a representação simbólica da migração, enquanto estratégia de mobilidade social, corresponde a uma possibilidade de realização das expectativas, aceite entre a comunidade, nomeadamente entre os grupos mais jovens em que estes se situam (com 32 e 22 anos de idade).

Ao analisar as motivações referidas pelos indivíduos ao longo das conversas, é de ter em conta que elas não se constituem como exclusivas, e que as motivações que levam os indivíduos a migrar são múltiplas e complexas.

Um outro aspecto relevante prende-se com a informação relativamente a Portugal, antes do momento de partida. Parece que a informação que suporta a operação comparativa sobre a qual foi desenhado o projecto migratório e criadas as expectativas relativamente às vantagens da sua concretização, é pouco sólida e baseada na “(...) sobre-representação

do sucesso dos migrantes junto das suas colectividades de origem (...)” (idem, 76). Este facto é bem ilustrado através das palavras de um dos entrevistados que diz ter vindo para Portugal à procura de “*dinheiro, carro e casa*”. Reconhece que a experiência não está a decorrer de acordo com as expectativas e diz “*não sabia muito*”.

Assim, para além de se constituir como um dos factores que contribuem para a estabilização do fluxo migratório, o exacerbar do sucesso dos migrantes junto dos contextos comunitários de partida, parece promover o desenvolvimento de expectativas elevadas dos indivíduos que ficam, em relação aos que partem. Este facto assume relevância nomeadamente no que se refere às intenções de retorno.

As conversas mantidas parecem indicar que o incumprimento do objectivo de poupança que levou os indivíduos a sair do país tem consequências graves ao nível da identidade pessoal e social dos indivíduos e da sua posição relativa no seio da comunidade de origem e mesmo no seio do agregado familiar. É possível identificar um projecto migratório com objectivos de poupança que possa garantir o regresso de acordo com aquilo que é esperado, quer pelo próprio migrante, quer pela sua família, assim como pela comunidade. Apesar da situação de exclusão em que se encontram, mantêm-se a valorização e representação do contexto de acolhimento enquanto espaço propício à reconstrução das suas vidas. Este facto é um pouco surpreendente, atentando à situação em que se encontram, revelando um desfasamento entre a representação da sociedade de acolhimento e as possibilidades objectivas de recuperação. Assim, o desejo de permanecer em Portugal, pode reflectir a dificuldade de assumir o fracasso do projecto migratório, o que comprometeria a sua credibilidade e valor social no contexto de origem.

O incumprimento das expectativas depositadas no projecto de migração pelo agregado familiar, que permanece na origem, surge como fonte de rupturas familiares, facto que leva estes indivíduos a serem omissos ou mesmo a esconderem dos familiares as condições em que se encontram e a reduzirem a frequência dos contactos com os familiares no país de origem. Para além disso, a situação de desemprego na origem é socialmente justificada por factores estruturais alheios ao indivíduo. No entanto, será mais difícil de justificar o insucesso do projecto migratório quando é veiculada uma representação positiva dos emigrantes nas sociedades de origem.

É frequentemente apontado que este grupo tem níveis de qualificações superiores (Costa e Baptista, 2002 e Pires, 2003). Todos os indivíduos com quem se conversou têm pelo menos dez anos de escolaridade, sendo que grande parte deles tem formação técnica profissionalizante ou formação superior. Poderia supor-se que os recursos em qualificações se traduzem em percursos migratórios mais facilitados através de melhores colocações relativas no mercado de trabalho. Contudo, verifica-se que estes imigrantes vêm ocupar lugares desqualificados e, frequentemente, no âmbito da economia informal. Este aspecto surge como “(...) mais um dos paradoxos resultantes da descoincidência sempre possível entre os factores que, na origem, levam os migrantes a emigrar e as funções que, no destino viabilizam a imigração.” (Pires, 2003: 185).

Ainda quando se verificam relações laborais formalizadas, os vínculos mantidos são considerados precários, na medida em que todos os contratos são a prazo, ou seja, com um período de vigência limitado, que por vezes não é superior a três meses. Os contratos a prazo constituem um factor de vulnerabilidade na medida em que o risco da não renovação do contrato está sempre presente, não garantindo, assim, as condições de estabilidade no emprego.

No entanto, os vínculos laborais através de contratos a prazo, apesar de precários, apresentam duas vantagens comparativamente à ausência de vínculo contratual. Por um lado, os trabalhadores da economia informal, não tendo qualquer tipo de vínculo apresentam-se numa situação profissional “(...) altamente instável, sendo marcada pelo trabalho a prazo, à tarefa, em tempo parcial ou pelo subemprego, sem quaisquer garantias de continuidade.” (Almeida, 1994: 85). Para além disso, tratando-se de trabalhadores por conta de outrem não declarados, encontram-se numa situação periférica relativamente à regulamentação característica do sistema de previdência, não tendo acesso às prestações da segurança social. Por outro lado, são os vínculos contratuais entre trabalhadores e entidades patronais que permitem ao indivíduo estrangeiro regularizar a sua situação legal em território português.

Assim, a ausência de uma relação contratual formalizada e a inserção laboral no âmbito da economia informal, acentua a instabilidade no que se refere ao emprego e à continuidade de um rendimento, e acrescenta um factor de vulnerabilidade no que se refere à integração na sociedade

de acolhimento já que inviabiliza a aquisição de um título que regularize a situação legal em Portugal. Esta situação leva a que o próprio facto de estarem indocumentados inviabilize possibilidades de trabalho, criando-se assim um círculo vicioso. O problema da ausência de documentação é identificado em dezoito indivíduos.

Na medida em que tendem a ocupar as posições mais precárias no âmbito do mercado de trabalho, verifica-se um fluxo considerável para a situação de desemprego, bem visível neste grupo de indivíduos. Apesar de dezanove deles já terem trabalhado em Portugal, estão agora desempregados, mesmo os que mantiveram vínculos formalizados.

Também no âmbito das estratégias habitacionais, se verifica a incidência de situações de precariedade. São frequentes as situações de partilha de apartamentos com outros imigrantes. Pode supor-se que este tipo de estratégia habitacional resultaria da estratégia mais ampla de poupança máxima, como avançam Costa e Baptista (2002). No entanto, considerando o que foi dito em relação à inserção profissional destes indivíduos e aos encargos económicos que alguns deles têm com a família nos seus países de origem, compreende-se que o critério do menor custo possível pode estar mais relacionado com a escassez de recursos do que com a referida estratégia. Este facto pode ser ilustrado pela comparação entre o período de tempo em que se encontram em situação de desemprego e o período de tempo relativo à situação de exclusão social (rua ou centro de acolhimento). É possível verificar que, em pelo menos metade dos casos, o tempo em situação de exclusão social e o tempo de desemprego são equivalentes.

O recurso a alojamento disponibilizado pelo empregador também parece ser significativo. Tem a vantagem de permitir a poupança dos gastos com uma situação habitacional, sendo, por isso, frequentemente procurada pelos imigrantes recém chegados e os que vêm sem familiares. No entanto, a utilização deste tipo de alojamentos parece colocar os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade relativamente a abusos por parte dos empregadores. Por outro lado, diminui o seu poder reivindicativo, sendo que os salários atribuídos, quando o alojamento é cedido, são normalmente mais baixos do que quando não há essa possibilidade.

5.2. Nos caminhos da Exclusão

O tempo de permanência¹⁴ na situação de sem abrigo faz variar as atitudes e os comportamentos dos indivíduos que nela se encontram em muitos domínios, tais como as estratégias de sobrevivência, o relacionamento com as instituições e as estratégias de inclusão, quando as há.

A duração da situação de exclusão e a duração do desemprego é em muitos casos coincidente, o que permite afirmar que a integração destes indivíduos em Portugal se faz, essencialmente, através das relações de trabalho, formalizadas, ou não. Apesar da relação salarial ser fundamental, na medida em que “(...) insere plenamente os imigrantes na esfera económica, deixa-os [no entanto] numa posição de marginalidade relativamente ao espaço social, institucional e político (...)” (Machado, 2002: 12). Para além disso, deve atentar-se à localização periférica no mercado de trabalho em que se encontram, marcada pelos lugares mais desqualificados, desprotegidos e mais mal remunerados, isto é, em posições de elevada vulnerabilidade.

A inserção na esfera económica é claramente insuficiente para evitar situações de exclusão social, nomeadamente as suas formas mais extremas. Assim, verifica-se que se encontram também em localizações periféricas do ponto de vista da sua inserção social. Para além de se encontrarem distantes das famílias, distância por vezes agravada por situações de ruptura,

¹⁴ A situação de sem abrigo consiste num processo dinâmico, em que é possível entrar e sair, e em que o período de tempo de permanência nessa situação tem efeitos de aprofundamento e consolidação do processo. Assim, é possível considerar a situação de *estar* sem abrigo como uma situação de *transitoriedade*, na medida em que desta situação os indivíduos podem evoluir em diferentes direcções. Ou iniciam um processo de integração na sociedade repondo o acesso aos diferentes sistemas que sofreram rupturas, ou as rupturas se vão acentuando e os indivíduos vêm a sua situação degradar-se progressivamente no sentido em que a retoma dos laços com a sociedade é cada vez mais difícil, passando a viver segundo o padrão da sub cultura desviante característica da comunidade sem abrigo. (Wallace, in Bento e Barreto, 2002). Esta distinção é fundamental no âmbito da intervenção social junto desta população. A intervenção é normalmente bem aceite por indivíduos que *estão* sem abrigo, que aderem aos apoios no sentido de retomarem os laços com uma sociedade em relação à qual ainda têm referências. Já os indivíduos que *são* sem abrigo tendem a rejeitar qualquer abordagem que ultrapasse a intervenção assistencialista, ou seja, o usufruto que fazem dos serviços é uma estratégia adoptada para garantir a sobrevivência na situação a que estão acomodados e não no sentido de recuperarem qualquer relação.

encontram-se isolados do ponto de vista das sociabilidades no contexto de acolhimento.

Quando se perguntou qual o motivo que os levou à situação de sem abrigo, o desemprego foi a resposta indicada pela quase totalidade dos indivíduos. No entanto, houve ainda quem referisse a ausência de documentação, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas ou de drogas e rupturas familiares, como causas para a situação de exclusão. Assim, são metade os que associam também outras causas a esta situação. Analisando a informação recolhida verifica-se que, em quinze casos se pode mesmo atribuir ao desemprego a causa principal para a situação de exclusão social extrema. No entanto, quando se verifica que em apenas sete destes casos o desemprego não teve consequências ao nível da adopção de comportamentos auto destrutivos, como o consumo de bebidas alcoólicas ou de outras substâncias psico-activas, compreende-se que as características individuais¹⁵ não podem ser excluídas quando se pretende compreender um fenómeno desta complexidade.

Não parecem ser negligenciáveis os casos em que a situação de exclusão social extrema não é imputável, em primeiro lugar, ao desemprego, mas ao alcoolismo e à toxicodependência. Nestes casos, o desemprego é, antes, consequência de uma problemática anterior.

É interessante verificar que, se por um lado, apresentam o desemprego como a causa primeira da sua situação de exclusão, por outro lado, nos seus discursos, foram manifestando outro tipo de problemáticas, frequentemente não observáveis revelando, assim, que apesar de alguma relutância em assumi-lo de início, têm consciência que a exclusão social é também consequência de outros factores.

Relativamente às estratégias de sobrevivência adoptadas pelos entrevistados verifica-se que há uma forte adesão ao apoio prestado pelas instituições que se dedicam à população sem abrigo e à população imigrante. É frequentemente avançado que o recurso a estes equipamentos por parte dos imigrantes originários dos países do Leste da Europa decorre de uma estratégia habitacional baseada no critério do menor custo possível com o objectivo de poupança máxima (Costa e Baptista: 2002, 39). Apesar de se

¹⁵ Segundo Rossi, "(...) embora os factores estruturais gerais possam ajudar a explicar quantas pessoas em determinado momento estão sem-abrigo, o estudo das características pessoais pode ajudar a explicar *quem* pode chegar a essa situação." (Bento e Barreto, 2002: 32).

verificar um elevado número de indivíduos deste grupo a recorrer a estes equipamentos, parece ser um pouco precipitado avançar com este tipo de explicações. Ainda que algumas pessoas optem por prolongar a sua estadia nestas estruturas, mesmo depois de terem conseguido inserções profissionais, pensa-se que tal facto estará mais relacionado com uma estratégia de prevenção de uma nova situação de rua, do que propriamente com uma estratégia de poupança.

Aliás, aquilo que se verifica é um efeito perverso da resposta institucional, nomeadamente nas respostas de acolhimento. Como já se viu, o problema dos sem abrigo ultrapassa, na maior parte das vezes, o problema da incapacidade de acesso a uma solução de alojamento digna. Precisamente por, salvo raras excepções, este tipo de equipamento apenas responder às necessidades de alojamento, não corresponde às expectativas dos utentes, que acabam por ver a sua situação arrastar-se sem receberem um apoio integrado capaz de se constituir como uma alternativa concreta à situação em que se encontram. Desta forma, o tempo de permanência alargado em Centros de Acolhimento é muitas vezes fonte de frustração e de desenvolvimento de formas de acomodação.

Ainda no que se refere às estratégias de sobrevivência, são três os indivíduos que referem fazer alguns trabalhos ocasionais e dez os que referem “arrumar carros”. A grande maioria desempenha este tipo de actividades como forma de garantir, no caso dos toxicodependentes, as necessidades de consumo no sentido de evitar os sintomas de privação, noutros casos, o acesso a determinado tipo de “luxos” como um maço de cigarros, uma garrafa de vinho, ou uma refeição quente, numa situação clara de *destituição* em que se vêm privados de quase tudo. No entanto, um dos entrevistados fez uma utilização do dinheiro que juntava a arrumar carros, claramente situada no âmbito das estratégias de inclusão. Encontrando-se sem alojamento há cerca de um mês e meio, tinha um carro, onde dormiu durante cerca de duas semanas, sendo que só posteriormente recorreu ao Armazém. Para procurar trabalho deslocava-se de carro pela cidade e arredores e utilizava o dinheiro para pagar a gasolina. Dizia, “*primeiro precisa trabalho, depois comer*”, revelando a sua preocupação com o facto de estar desempregado.

Os relacionamentos entre indivíduos na mesma situação são os mais frequentes neste grupo, tendo sido referenciados por 16 entrevistados.

Tendem a estabelecer entre si relações de carácter funcional. Estas relações, “(...) longe de se poderem constituir enquanto elementos de efectivo suporte,” (Baptista em CAIS: 2004, 36) têm um papel funcional na construção das estratégias e gestão dos recursos que garantam a sobrevivência.

No âmbito das estratégias de inclusão, aquela que se constitui como a mais recorrente é a procura de trabalho junto das instituições. No entanto, verifica-se que o recurso a este tipo de instituições acontece quando os indivíduos se encontram já numa situação de vulnerabilidade muito elevada, ou seja, parece só recorrerem ao apoio institucional quando já estão em situação de exclusão social extrema. As estratégias de inclusão adoptadas são normalmente desenvolvidas nos primeiros meses em que os indivíduos se encontram na situação de sem abrigo, ou seja, enquanto se encontram na fase de exposição à situação. À medida que se vai prolongando a permanência do indivíduo nesta situação, estas estratégias tendem a transformar-se em formas de acomodação e estratégias de sobrevivência. Assim, “uma vez consolidada a situação de fragilidade e de dependência institucional e a percepção de apoios de sobrevivência neste contexto, assiste-se à emergência de mecanismos de adaptação à vida na rua e ao gradual desaparecimento de expectativas e de iniciativas de reintegração.” (Costa e Baptista: 2002, 40).

Conclusão

A diversidade dos fluxos migratórios, do ponto de vista da sua composição socio-económica, traduz-se em diferentes origens e funções, bem como no desenvolvimento de processos de integração diversificados na sociedade de destino (Pires, 2003). Assim, estes reflectem-se na diversidade das condições de vida dos diferentes grupos de imigrantes, nomeadamente nos fenómenos de exclusão social a eles associados.

Apesar de estarem em Portugal há relativamente pouco tempo, o fenómeno da exclusão social extrema nos imigrantes originários dos países do Leste da Europa assume já uma dimensão de grande visibilidade.

A sua presença recente no país pode ser explicativa dessa mesma situação, pela ausência de redes de suporte informais, por exemplo. A funcionalidade das redes de apoio é limitada pelo seu fraco desenvolvimento e pela incapacidade de criação de respostas para estas situações, iniciadas

há pouco tempo. A questão da língua parece ser outro aspecto importante já que é uma dificuldade acrescida na procura de trabalho ou no contacto com as instituições.

Quer o desemprego quer as dificuldades económicas e sociais associadas, sentidas no âmbito do agregado familiar, surgem como as principais motivações para a migração. Um outro aspecto importante para que a migração se constitua como alternativa socialmente valorizada para os problemas sentidos remete para a ausência de alternativas de âmbito local derivada da desorganização política, económica e social, que caracteriza o contexto de partida. Assim, apesar de aparentemente não terem os recursos, que à partida permitem a elaboração e concretização dos projectos migratórios, nomeadamente no que se refere à informação pouco rigorosa a que têm acesso relativamente à sociedade de acolhimento, são levados a tomar a decisão de migrar num contexto em que a emigração se tem vindo a consolidar.

O processo de desconstrução e reconstrução das relações com o sistema familiar provocadas pela deslocação territorial apresenta, por vezes descontinuidades que se podem traduzir em rupturas. Considerando ainda que a reconstrução das relações de sociabilidade fora do contexto familiar, tarda em assumir contornos consistentes e que, apesar de importantes, dificilmente se constituem como redes sociais de suporte com capacidade de resposta para situações de exclusão social extrema, verifica-se situações de privação de ordem relacional.

A inserção no mercado de trabalho caracteriza-se pela ocupação dos lugares periféricos, com vínculos precários ou no âmbito da economia informal, associados a postos de trabalho socialmente desvalorizados, pouco qualificados e mal remunerados. O trabalho é encarado enquanto uma estratégia de poupança e não do ponto de vista da valorização social do trabalho desempenhado, ou seja, "(...) privilegiam um entendimento dos seus empregos sobretudo como fonte de rendimento e não tanto como fonte de status, deslocando os factores de honorabilidade da posição para os efeitos de prestígio que as remessas teriam nas sociedades de origem." (Pires, 2003: 87). No entanto, este tipo de inserção no mercado de trabalho secundário, para além de não permitir qualquer tipo de poupança, devido ao nível de insegurização associado e aos baixos salários, põe em causa a capacidade de assegurar a subsistência em caso de desemprego.

Assim, é possível verificar que as descontinuidades no âmbito do sistema familiar introduzidas pela migração, associadas à precariedade das inserções profissionais e ao desemprego, bem como a precariedade das soluções habitacionais a que têm acesso, se traduzem em baixos níveis de integração social na sociedade de acolhimento e níveis de vulnerabilidade elevados a situações de pobreza e exclusão social, acabando por conduzir à situação de sem abrigo.

Como é possível notar, “as características individuais ou, simplesmente, o impacto que alguns acontecimentos desencadeadores podem ter, são eles próprios de grande relevância.” (Baptista em CAIS: 2004, 35). Sendo o fenómeno da exclusão social extrema caracterizado pela incidência de múltiplos factores, torna-se difícil identificar causas e consequências de uma forma isolada, na medida em que estes factores se acentuam e se fundem num processo único de rupturas que vai distanciando os indivíduos das relações sociais em diferentes domínios.

A permanência na situação de sem abrigo por longos períodos de tempo, faz com que as estratégias de inclusão tentadas numa fase inicial se transformem em estratégias de sobrevivência e formas de acomodação. Assim, cada situação é única e exige formas de intervenção concretas e eficazes para evitar o corte dos laços quer com a sociedade de destino, quer com a sociedade de partida.

Não obstante estas situações de exclusão social extrema serem situações residuais no conjunto das populações imigrantes, as situações de vulnerabilidade social a que estão expostos parece ser um facto incontornável.

Bibliografia

- BAPTISTA, Isabel (1997), “Os Sem-Abrigo no Imaginário Institucional”, em BARROS, Carlos Pestana e SANTOS, J. GOMES, C. (coord.) *A Habitação e a Reintegração Social em Portugal*, Lisboa, Ed. Vulgata.
- BRETTELL e HOLLIFIELD, “Migration Theory – Talking Across Disciplines” (Cap. I); Heisler “The Sociology of Immigration” (Cap. IV); BRETTELL, Caroline B., “Theorizing Migration in Anthropology – The Social Construction of Networks, Identities, Communities and Globalscapes” (Cap. V), in BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F., *Migration Theory – Talking Across Disciplines*, Routledge, Londres: 2000.
- CAIS, Colectânea de Ensaios, *Sem-Abrigo e Imigração, olhares sobre a realidade em Portugal*, Padrões Culturais Editora, Lisboa: 2004.
- CAPUCHA, Luís, “Associativismo e Modos de Vida num Bairro de Habitação Social”, *Sociologia Problemas e Práticas*, N.º 8, 1990, pp. 29-41.
- CAPUCHA, Luís, *Pobreza*, “Exclusão Social e Marginalidades” em VIEGAS, José Manuel Leite e FIRMINO, António Firmino da; *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 209-242.
- CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino da (orgs.), *Etnografias Urbanas*; Celta Editora, Oeiras: 2003.
- COSTA, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*, Gradiva Publicações, Lisboa: 2002.
- COSTA, Alfredo Bruto da e BAPTISTA, Isabel, *Migrações e os Sem Abrigo*, Feantsa – Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo, 2002.
- ALMEIDA, João Ferreira de e outros, *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1.ª edição: 1992).
- GARCIA, José Luís, *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora, 2000.
- LEWIS, Oscar, *Os Filhos de Sanchez*, Moraes Editores, Lisboa: 1970.
- MACHADO, Fernando Luís, *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2002.
- MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino da, “Processos de uma Modernidade Inacabada: Mudanças Estruturais e mobilidade Social” em VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino da; *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 17-44.
- PEREIRA, Álvaro, BARRETO, Pedro e FERNANDES, Gisela, *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: a situação em 2000*, Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa, 2001

PEREIRINHA, José A., *Pobreza e exclusão Social: Algumas Reflexões Sobre Conceitos e Aspectos de Medição*, em FERREIRA, José Maria Carvalho (org.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1996

PINTO, Mário Rui Gomes, *Globalização Económica Versus Pobreza e Exclusão Social: Antagonismo ou complementaridade?*, Dissertação de Mestrado em Economia Internacional, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Outubro de 2001

PIRES, Rui Pena (2002), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora

Research Review – Portugal, Feantsa – Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo

Statistical Update – Portugal, Feantsa – Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo

Fontes da Internet

www.acime.pt

www.ine.pt

www.sef.pt